



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Famílias e Curso de Vida [ST]

UMA COISA É AQUILO QUE EU GOSTARIA, OUTRA É AQUILO QUE SERÁ POSSÍVEL...
TEMPOS DE INCERTEZA E A INCERTA TRANSIÇÃO PARA O 2º FILHO

CUNHA, Vanessa

Doutor em Sociologia da Família e da Vida Quotidiana

ICS-ULisboa

vanessa.cunha@ics.ulisboa.pt

Resumo

A fecundidade portuguesa é actualmente uma das mais baixas da Europa, quando nos anos 70 era ainda uma das mais elevadas. Desde então tem registado um declínio persistente, mesmo em anos mais recentes, quando a tendência europeia passou a ser de ligeira recuperação. Este declínio singulariza-se pelo adiamento do segundo filho. Adiar este nascimento passou a ser um comportamento reprodutivo comum, em parte responsável pela visibilidade das descendências de filho único.

Uma pesquisa extensiva sobre as trajectórias reprodutivas da coorte de 1970-75 expôs a ambivalência em relação a esta transição. Equacionam-se *novos requisitos* para o exercício de uma parentalidade responsável; insinua-se um ideal de vida *childfree*; pesam as considerações em torno das condições de bem-estar que importa garantir. No contexto actual de incerteza, precarização das condições de vida e recuo do Estado social amplificam-se os custos directos e indirectos da parentalidade e, conseqüentemente, o adiamento.

Esta comunicação pretende dar a conhecer, através da história de um casal, os meandros da negociação conjugal da vinda do segundo filho, numa fase da vida em que o tempo “biológico” começa a escassear, e as circunstâncias biográficas e estruturais que confluem na indecisão e no adiamento. Trata-se de uma primeira análise das entrevistas a casais recolhidas no âmbito da pesquisa em curso sobre o *duplo adiamento* em marcha na sociedade portuguesa: o adiamento do primeiro e do segundo filho.

Abstract

The Portuguese fertility is currently one of the lowest in Europe, while in the 70s was still one of the highest. Since then there has been a persistent decline, even in more recent years, when the European trend began to be of slight increase. This decline encloses a singular feature, which is the postponement of the second child. Postponing this birth became a common reproductive behavior, in part responsible for the visibility of the only child offspring.

An extensive research on reproductive trajectories of the cohort of 1970-75 highlighted the ambivalence regarding this transition: by bringing new prerequisites for the exercise of responsible parenting; by insinuating a *childfree* lifestyle ideal; by emphasizing the “minimal set of conditions” (González and Jurado-Guerrero, 2006) that parents must guarantee. In the current context of uncertainty, precariousness of living conditions and retreat of the Welfare State, the direct and indirect costs of parenting amplify and, consequently, the childbearing postponement.

This paper aims to highlight, through the story of a couple, the negotiation process underlying the transition to the second child, at a stage of life where “biological” time is coming to an end, as well as the biographical and structural circumstances that flow in indecision and childbearing postponement. This empirical data stem from an ongoing research on the *double postponement* in Portuguese society: the postponement of the first and of the second child.

Palavras-chave: fecundidade; adiamento; negociação conjugal; decisões reprodutivas; 2º filho

Keywords: fertility; childbearing postponement; conjugal negotiation; reproductive decisions; 2nd child

Introdução: a incerta transição para o segundo filho na sociedade portuguesa

A fecundidade portuguesa é actualmente uma das mais baixas da Europa, com um *índice sintético* (ISF) abaixo de 1,3 filhos por mulher em 2012, quando no início dos anos 70 do século XX era ainda uma das mais elevadas (ISF = 3,1 filhos). Desde então tem registado um declínio persistente, mesmo em anos mais recentes quando a tendência europeia passou a ser de ligeira recuperação do indicador. Este declínio mais recente da fecundidade portuguesa deve-se à diminuição do número de filhos (Oliveira, 2012) e ao adiamento da maternidade (Mendes, 2012), mas também anda a par de outra tendência importante, que é o adiamento do segundo filho. Adiar em vários anos o nascimento do segundo filho passou a ser um comportamento reprodutivo comum, em grande medida responsável pelo aumento e pela visibilidade das descendências de filho único na sociedade portuguesa (Cunha, 2012a, *in press*).

Uma pesquisa extensiva realizada em 2009/2010ⁱ, que permitiu mapear as trajectórias reprodutivas em curso das mulheres e dos homens portugueses nascidos na primeira metade da década de 70, veio expor a ambivalência desta geração face à parentalidade e especialmente face a transição para o segundo filho (Cunha, 2012a, 2012b). Aos 35-40 anos, mais de metade dos indivíduos desta geração não tinha filhos ou tinha apenas um (gráfico 1). No entanto, se os primeiros ainda estavam receptivos à ideia de ter pelo menos um filho, aqueles que já tinham um estavam divididos nas suas intenções reprodutivas (gráfico 2).

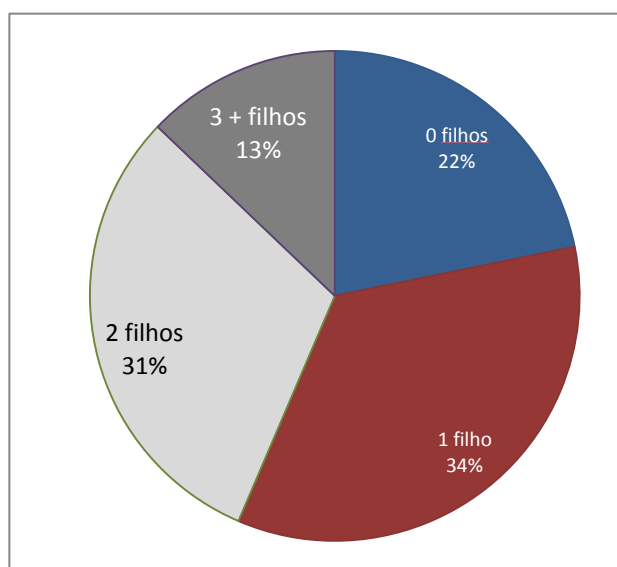


Gráfico 1 – Situação na parentalidade, aos 35-40 anos, da geração nascida em 1970-75 (%)
Fonte: Inquérito «TFRS» (2009/2010)

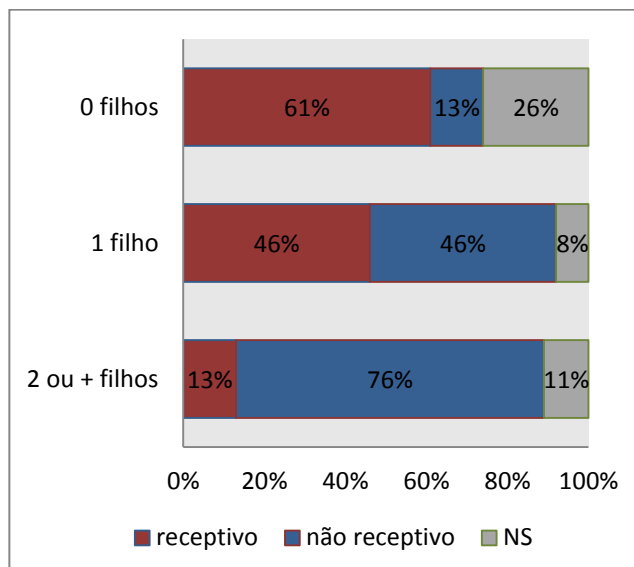


Gráfico 2 – Intenções reprodutivas, aos 35-40 anos, da geração nascida em 1970-75 (%)
Fonte: Inquérito «TFRS» (2009/2010)

Com efeito, são diversas as considerações que estão em jogo, hoje em dia, na decisão de ter um filho. Por um lado, equacionam-se *novos requisitos* para o exercício de uma parentalidade responsável, como a qualidade das relações interpessoais (com o cônjuge, com a criança) e as competências parentais (do próprio e do outro). Por outro, insinua-se uma certa ambivalência ligada a um ideal de vida sem filhos (*childfree*) e à desconfiança em relação às recompensas pessoais advindas da parentalidade. Por fim, pesam sobremaneira as considerações em torno das “condições mínimas” (González e Jurado-Guerrero, 2006) de bem-estar que é necessário assegurar, considerações particularmente importantes em tempos de crise económica e incerteza face ao futuro. No contexto actual de precarização das condições de vida dos portugueses e de retração do Estado Social no apoio às famílias com filhos, agudizam-se as dificuldades económicas e de conciliação família-trabalho, amplificando-se os custos directos e indirectos da parentalidade. Adiar o nascimento de um filho para data incerta ou abandonar esse projecto são as vias que se afiguram para muitos homens e mulheres em idade reprodutiva em tempos de crise e incerteza (McDonald 2002/3; Cunha, 2012a).

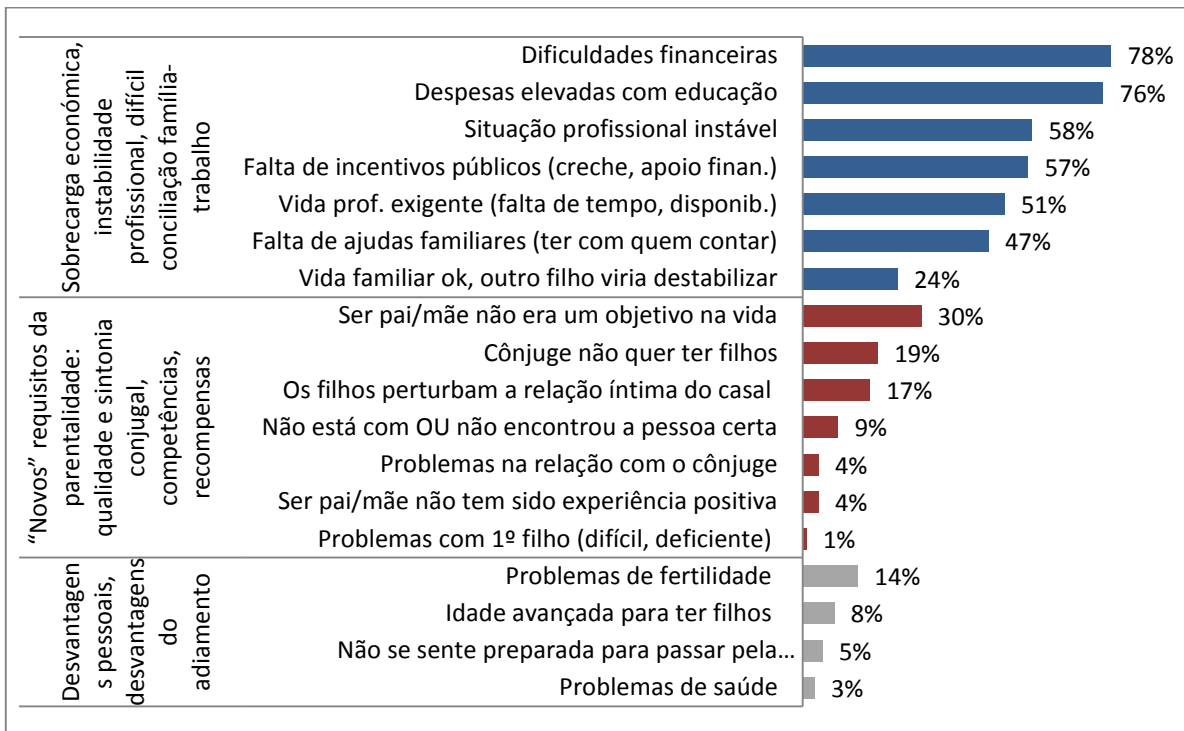


Gráfico 3 – Razões que estão a contribuir para adiar o segundo filho (% em cada item) (para quem tem um filho e está receptivo a ter mais). Fonte: Inquérito «TFRS» (2009/2010)

Tendo como pano de fundo esta conjuntura específica que a sociedade portuguesa atravessa, assim como a tendência persistente de adiamento que tem caracterizado a fecundidade nacional, e a partir da história de um casal (*Maria e Paulo*), a presente comunicação pretende dar a conhecer os meandros da decisão conjugal de avançar ou não para um segundo filho numa fase da vida em que o *tempo biológico* para ter filhos começa a escassear. Em análise está ainda o impacto da negociação conjugal de expectativas e intenções reprodutivas desencontradas na tomada de decisão de adiar o 2º filho ou de ficar pelo filho único.

A história aqui apresentada é parte integrante de uma pesquisa qualitativa em curso, que está a ser desenvolvida no âmbito do projecto de investigação *O Duplo Adiamento: as intenções reprodutivas de homens e mulheres depois dos 35 anos*ⁱⁱ. A partir de entrevistas em profundidade a homens e a mulheres, sós e em casal (entrevistados separadamente), auscultam-se as intenções reprodutivas tardias e os fundamentos justificativos da decisão de avançar ou não para o primeiro ou para o segundo filho. Mas também, numa perspectiva de curso de vida, as circunstâncias e os eventos biográficos, familiares e estruturais que confluem no adiamento e reescrevem as intenções reprodutivas quando o final do período reprodutivo se aproxima.

Maria e Paulo: incertezas, desencontro e adiamento

Maria e Paulo, ambos com 35 anos, são casados e vivem em Lisboa. Têm uma filha de 5 anos e a negociação do segundo filho está “em cima da mesa”.

Embora licenciada, Maria é uma trabalhadora precária, a recibos verdes e com baixo rendimento. Dando explicações num centro de estudo, tem um horário de trabalho atípico, trabalhando aos sábados e ao final do dia durante a semana, e com picos em alguns períodos do ano. Actualmente está também a fazer um mestrado, com o objectivo de ter mais hipóteses de entrar no ensino, pois gostava de ser professora, mas confessa que não tem ilusões por causa da crise e dos níveis de desemprego que atingem esta classe profissional.

Paulo trabalha desde os 17 no sector informático, teve várias experiências profissionais aliciantes, incluindo em termos financeiros, pelo que não terminou o ensino superior. Há mais de três anos que gere uma empresa de informática bem-sucedida. Enquanto administrador, tem um rendimento elevado e um horário de trabalho flexível, que lhe permite trabalhar a partir de casa quando quer. Esta flexibilidade torna-o mais disponível para resolver assuntos domésticos urgentes. É ele que costuma ficar em casa quando a filha do casal, Laura, está doente.

Maria e Paulo conheceram-se na universidade, mas o relacionamento só aconteceu mais tarde. De facto, na altura ambos estavam noutras relações: Paulo teve uma curta experiência conjugal aos 21-22 anos; e Maria teve um namoro longo e complicado, que terminou um ano antes de assumirem a relação. Paulo foi viver com Maria, no seu apartamento de estudante, e cerca de 2 anos depois compraram uma casa. Nessa altura, Paulo surgiu com a ideia do casamento. Maria não estava muito receptiva, pois ainda estava a estudar, queria terminar a licenciatura e arranjar um emprego estável. Mas acabou por concordar, para legitimar a relação perante os seus pais, que não viam com bons olhos a coabitação.

Quando Paulo começou a falar em filhos, deparou-se de novo com a ambivalência de Maria em relação a dar esse passo:

Foi o Paulo que levantou a questão, já depois de casados. Sentia realmente o tempo a passar, mas não... não me ocorria. O Paulo é que levantou mais a questão do “vamos ter filhos”! (...) Ele estava com mais vontade de ter filhos. Portanto, a dada altura foi uma decisão... Porque eu tinha 29 a caminho dos 30, para ter o primeiro filho é a idade ideal. (Maria)

A declaração de Paulo vai no mesmo sentido, revelando que considera que tem uma posição de liderança nas grandes decisões da vida familiar:

A Maria sempre teve receio de tudo. Para comprar casa dizia que tinha medo: não queria, mas queria. Havia sempre conflito de interesses. E comprou-se casa. O casamento até foi uma consequência... ela não falava disso, mas eu acabei por pedir em casamento (...). E o ter filhos, eu também falei que estava na altura de termos filhos. Ela achava que não, mas disse: “Eu confio em ti, vamos ter um filho” (...). Eu costumo dizer que a Maria toma as decisões todas do dia-a-dia e depois as decisões mais a longo prazo sou eu que as decido. (Paulo)

Maria justifica a sua resistência inicial a ter filhos pela ausência de “apelo” maternal, aquele que hoje vê na sua filha de 5 anos ou que recorda em amigas da infância e juventude:

Não é como a minha filha, que anda com as bonecas atrás, chama filhos às bonecas e está cheia de filhos! Tinha colegas minhas e amigas que o sonho era terem filhos e um casal e isto e aquilo. Eu nunca fui assim. (Maria).

Mas, na verdade, Maria acaba por revelar outras razões para a sua ambivalência. A relação anterior fora tão negativa do ponto de vista emocional, que se tornou claro para ela que não queria constituir uma família, ter filhos, com essa pessoa – *Para um filho quer-se sempre o melhor*, justifica – pelo que decidiu pôr fim à relação. Em contrapartida, Paulo revelou-se a pessoa certa e devolveu-lhe a confiança para ultrapassar a relutância em dar o passo:

Pelo feitio, pela maneira de ser, pela relação que nós temos, por uma série de coisas... Achei que sim, que seria uma pessoa ideal... a pessoa ideal para ser o pai de um filho meu. (Maria)

Laura nasceu quando ambos tinham 30 anos e, desde o início, Paulo foi um pai bastante envolvido. Também passou a fazer mais tarefas em casa, apesar de terem uma empregada doméstica uma vez por semana para assegurar o trabalho mais pesado. Apesar deste apoio, as tarefas do dia-a-dia e os cuidados a Laura dependiam exclusivamente do casal, tanto mais que a família de Maria vivia longe.

Quando Laura fez 9 meses, Maria arranjou emprego numa empresa de consultoria, mas a experiência profissional não estava a correr bem e desistiu, acabando por ficar em casa com Laura até ela ter 18 meses. Para Maria, este período em casa foi ao mesmo tempo positivo e negativo: positivo, porque teve o *privilégio*,

vedado à maioria dos pais, de acompanhar intensamente o primeiro ano e meio da filha; negativo, devido à solidão dos dias, à falta de convívio e à falta de tempo para si.

Paulo apontou outros aspectos negativos desses primeiros tempos. Para ele, foi difícil lidar com as mudanças que ocorreram na relação conjugal após o nascimento da filha, pois o envolvimento de Maria na maternidade tirou espaço à intimidade do casal. Esta situação é a que Paulo mais receia quando pensa em ter o segundo filho. E desta vez, na sua perspectiva, também Laura sairá afectada:

Vai haver menos tempo disponível para a relação, como é óbvio, não é? Cuidar de uma criança pode ser complicado em termos de timings. Uma segunda... será mais complicado. A própria Laura poderá ser algo afectada, não é? Porque neste momento tem a atenção toda (...). A Maria, quando ela nasceu, agarrou-se muito à Laura. Uma das minhas preocupações é, se nascer um segundo filho, é que ela se agarre provavelmente ao filho como se agarrou... E eu ficar de parte. E isso é uma coisa em que eu penso. E penso que, se calhar, tenho que compensar a Laura com algum afecto. (Paulo)

Com efeito, a transição para o segundo filho está em negociação há já algum tempo e, mais uma vez, foi Paulo que deu o passo. Há cerca de um ano houve mesmo uma tentativa para engravidar, mas acabaram por concordar em adiar até Maria terminar o mestrado. No entanto, Paulo lamenta este adiamento: *por mim, já tinha mais um filho*, disse. Ele considera arriscado devido à idade de Maria, na medida em que pode pôr em causa a sua expectativa de ter mais filhos. Mas compreende o ponto de vista da mulher e admite estar quase resignado com a perspectiva de ter que abdicar do seu projecto parental:

A minha ideia sempre foi ter três. Venho de uma família de três (...). Lá está... ela está receptiva, mas não está receptiva... É sempre aquela dúvida. Mas também, neste momento, derivado a ela estar a acabar a tese, torna-se complicado. Se ela agora engravidasse era quase deitar o trabalho todo para o lixo. (...). Ter um filho não pode castrar a Maria nesse aspecto. Há a realização pessoal da Maria (...). [Mas] o tempo está a passar... porque a nossa capacidade física vai acabar. As mulheres podem ter filhos até aos 40, algumas até aos 35, outras aos 45... Mas é nesta fase que pode terminar. (Paulo)

Para Maria, não é só o mestrado e as suas hesitações em relação a grandes decisões familiares que estão a pesar na balança. Há mais questões em consideração. Por um lado, há o forte projecto parental de Paulo, a vontade expressa de Laura em ter um irmão ou uma irmã, a sua própria adoração por bebés e a convicção, de ambos, de que os laços entre irmãos são únicos e protectores ao longo da vida; mas também a perspectiva de que o tempo biológico está a esgotar-se e o medo de lamentar mais tarde a decisão de ter ficado apenas com uma filha. Todas estas questões colocam uma pressão para ter o segundo em cima dos seus ombros:

Ele [o Paulo] já me disse: “Esta decisão, agora é mais tua que minha. Agora, tu é que tens a palavra final sobre o assunto”. (Maria)

Acho que me afecta mais a opinião de pessoas que, aos 45 anos, têm um só filho e queriam ter tido dois. E que dizem (...): “se estás à espera de um momento ideal, ele não vai aparecer. Mais vale ter, porque cada vez parece que é pior”. E nós ficamos a pensar no que as outras pessoas nos dizem. Se há vontade de dar um irmão à Laura devia ser o mais depressa possível, do que estar a adiar essa decisão. (Maria)

Por outro lado, há perguntas sem respostas que tornam este passo tão difícil para Maria. Uma diz respeito à personalidade de um novo bebé. Maria sente que tiveram tanta *sorte* em relação ao feito da Laura, comparando com os filhos das suas amigas, que receia ter uma criança completamente diferente desta vez:

Tenho mais receio que seja uma criança muito mexida e que, ao contrário da Laura, nos imponha um tipo de problemas que nós não sabemos lidar com eles e que seja mais complicado. (Maria)

Outro impasse prende-se com desigualdades de género na vida conjugal. Apesar de Paulo passar mais tempo em casa, Maria sente-se sobrecarregada nas rotinas diárias, nomeadamente em relação às rotinas que implicam deslocções de carro, pois Paulo não conduz. E ela sente-se desapontada com a atitude do marido, por não fazer um esforço para aliviá-la e faz disso uma condição para ter outro filho:

Acho que ele não sente necessidade e se calhar ainda não se apercebeu da necessidade que para a família seria ele ter a carta. E depois é um bocado comodista, no sentido em que ele tem noção que,

tirando a carta, eu vou começar a pedir para fazer certas coisas que ele neste momento não faz... (Maria)

[Para ter outro filho, a] *mecânica familiar teria que ser revista.... por exemplo, a carta do Paulo... nem pensar em ter um filho sem ele ter a carta... Estaria eu no hospital a ter um filho e quem é que me iria pôr a filha à escola? (Maria)*

Mas a maior desigualdade no casal prende-se com a situação de cada um no mercado de trabalho e o consequente desequilíbrio das contribuições financeiras. De facto, a sua situação é muito precária e a economia familiar recai sobre os ombros de Paulo. E a crise veio ensombrar a expectativa de Maria ter uma oportunidade profissional, pelo menos em Portugal, criando-lhe incertezas em relação ao bem-estar da família no futuro, mais ainda quando as iniciativas empresariais – como a do marido – são também fortemente afectadas pela conjuntura negativa:

É que eu não sei se vou ter... Uma coisa é aquilo que eu gostaria muito, outra é aquilo que será possível. Eu não sei se será possível. Em termos racionais, eu não sei se será possível [ter o segundo filho]. [Teria de] haver uma mudança naquilo que eu faço [profissionalmente]. Porque apesar de eu gostar muito daquilo que eu faço, não é uma coisa que é estável.

E pensando no Paulo, que é quem mais contribui, nós estamos dependentes dele e não devíamos. Eu acho que um casal nunca deve estar dependente de um. Os dois devem contribuir e deve ser possível sobreviver na falta de um. E isso não acontece no nosso caso. Se falhar o Paulo, eu não sei o que será de nós (...). E se com uma filha isso já é complicado, com duas então... meu Deus! (...) Da maneira que as coisas estão... é incrível como nos afecta de uma forma tão brutal, esta questão da crise! (Maria)

Comentários finais

As decisões em torno do nascimento de um filho são, inegavelmente, mais complexas hoje do que no passado, pois em jogo está um conjunto de considerações que vai muito para lá da sujeição dos comportamentos reprodutivos (e não reprodutivos) dos indivíduos às prescrições sociais (MacInnes e Díaz, 2009). De um ponto de vista demográfico, a diminuição das descendências, o adiamento da maternidade e a infecundidade (*childlessness*) são sintomas dessa complexidade inerente à reprodução nas sociedades contemporâneas. À escala do indivíduo, a decisão, num sentido ou noutro, pode ser o culminar de um processo longo, conturbado, para o qual concorrem eventos biográficos e circunstâncias de natureza mais estrutural. Com efeito, ao presente clima social *antinatalista*, devido à crise e consequente deterioração das condições propícias à parentalidade, somam-se os *novos requisitos* que também entram em consideração na decisão de ter ou não um filho, como a qualidade das relações, as competências parentais e as recompensas advindas da parentalidade.

Em regra, mas não necessariamente, este processo tem lugar no quadro da negociação conjugal de um projecto parental comum. No entanto, esta negociação pode ser em si mesma difícil e arrastar-se no tempo, quando os projectos parentais de cada um (*quantos? quando?*) não são conciliáveis, ou quando subsistem indecisões, ou quando o poder negocial no casal é desigual (Cunha, 2010).

O caso da Maria e do Paulo retrata, de forma exemplar, este processo longo e complexo de negociação em torno do nascimento de um filho, onde todas estas questões estão a ser ponderadas. Mas também reflecte o desacerto actual dos “relógios” biológico e social, que tem vindo a empurrar as decisões reprodutivas para o final do período reprodutivo feminino, potencialmente restringindo as possibilidades de realização dos projectos parentais de mulheres e de homens, como a história deste casal deixa antever.

Referências bibliográficas

Cunha, Vanessa (2010). Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal. In Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (coords.), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades* (pp.265-312). Lisboa: CITE (col Estudos n.º 6).

Cunha, Vanessa (2012a). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. In Casa Civil da Presidência da República (coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal* (pp.131-143). Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cunha, Vanessa (2012b). Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade. In APS, *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações* (pp.1-11). Lisboa: APS. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0385_ed.pdf.

Cunha, Vanessa (2014). Parte I – Quatro décadas de declínio da fecundidade em Portugal. In INE/FFMS (eds.), *Inquérito à Fecundidade 2013* (pp.19-28). Lisboa: INE.

González, María-José e Jurado-Guerrero, Teresa (2006). Remaining childless in affluent economies: a comparison of France, West Germany, Italy and Spain, 1994-2001. *European Journal of Population*, 22, 317-352.

MacInnes, John e Díaz, Julio Pérez (2009). The reproductive revolution. *The Sociological Review*, 57(2), 262-284.

McDonald, Peter (2002-2003). Sustaining fertility through public policy: the range of options. *Population*, 57, 417-446.

Mendes, Maria Filomena (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In Casa Civil da Presidência da República (coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal* (pp.91-110). Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Oliveira, Isabel Tiago (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento. In Casa Civil da Presidência da República (coord.), *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal* (pp.111-130). Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ⁱ Inquérito realizado a três gerações de portugueses – nascidos em 1935-40, 1950-55 e 1970-75 – no âmbito do projecto «Trajectórias familiares e redes sociais: percursos de vida numa perspectiva intergeracional» (ICS-ULisboa, 2008/2011, coord. Karin Wall).

ⁱⁱ O projecto de investigação (2012-2015), financiado pela FCT (PEst-OE/SADG/LA0013/2011), está a ser desenvolvido através de uma parceria científica entre o ICS-ULisboa e o CIDEHUS-UÉvora. A equipa de investigação é constituída por Vanessa Cunha (coord.), Lia Pappámikail e David Cruz, no ICS-ULisboa, e por Maria Filomena Mendes e Rita Freitas, no CIDEHUS-UÉvora. O projecto integra uma perspectiva sociológica e demográfica e uma abordagem metodológica extensiva e compreensiva (<http://duploadiamento.wordpress.com/>).